

CONTRATO CONSTITUTIVO DO FUNDO DE PENSÕES BANCO CREDIBOM




Contraentes:

1ª: Banco Credibom, S.A., com sede em Porto Salvo, Lagoas Park, Edifício 14, Piso 2, pessoa coletiva n.º 503 533 726, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o mesmo número, com o capital social de EUR 94 000 000;

2ª: CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., com sede em Lisboa, na Av. João XXI, n.º 63, pessoa coletiva n.º 502 777 460, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, com o capital social de EUR 3 000 000.

Considerando que:

- a) A 1ª contraente celebrou, em 31 de dezembro de 2007, com efeito a 1 de janeiro de 2006, o Contrato de Adesão Coletiva n.º 29 ao Fundo de Pensões Aberto Espírito Santo Multireforma, para financiamento do plano de pensões decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1ª série, n.º 31, de 20 de agosto de 1990, e suas posteriores alterações (adiante designado apenas por “ACT”) e do plano referente a isenções de horário e complementos remunerativos, a partir de 1 de Janeiro de 2006;
- b) Em 24 de novembro de 2009, o sobredito Contrato de Adesão Coletiva n.º 29 ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma foi objeto de alteração para abranger o financiamento do subsídio de morte previsto no ACT e dos encargos inerentes ao pagamento de pensões nos termos da Clausula 144.º do ACT ;
- c) Em 3 de abril de 2013, o sobredito Contrato de Adesão Coletiva n.º 29 ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma foi objeto de nova alteração para enquadrar o financiamento de pensões vitalícias imediatas antecipadas e pensões diferidas para os 65 anos de idades decorrentes de Despedimento Coletivo,
- d) Também, a 31 de dezembro de 2007, e com igual produção de efeitos 1 de Janeiro de 2006, a 1ª contraente celebrou também o Contrato de Adesão Coletiva n.º 30 ao Fundo de Pensões Aberto Espírito Santo Multireforma, para financiamento do plano de pensões referente aos



Complementos Remunerativos da Reforma por Velhice, verificados até 31/12/2005, da população abrangida pela Adesão Coletiva n.º 5 ao Fundo de Pensões Aberto “Espírito Santo Fundo de Pensões GES”;

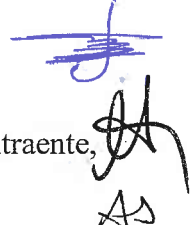
- e) Em 3 de abril de 2013, o Contrato de Adesão Coletiva n.º 30 ao Fundo de Pensões Aberto Espírito Santo Multireforma acima mencionado foi objeto de alteração para enquadrar o financiamento de pensões vitalícias imediatas antecipadas e pensões diferidas para os 65 anos de idades decorrentes de Despedimento Coletivo e harmonizá-lo em coerência com a não atualização do plano referente a isenções de horário e complementos remunerativos financiado através do Contrato de Adesão Coletiva n.º 29;
- f) A 1ª contraente manifestou a intenção de que os dois planos de pensões acima referidos passassem a ser financiados por um fundo de pensões fechado, a constituir especificamente para o efeito, devendo o mesmo ser gerido pela 2ª contraente;
- g) Face ao exposto, no dia 1 de junho de 2016 procedeu-se à liquidação e extinção das Adesões Coletivas atrás mencionadas, por transferência do respetivo património e responsabilidades para o Fundo de Pensões Banco Credibom, que se constituiu através de novo contrato constitutivo então outorgado;
- h) No dia 9 de setembro de 2015, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que procedeu à alteração do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, conforme alterado pelos Decretos-Leis n.º 180/2007, de 9 de maio, 357-A/2007, de 31 de outubro, e de 6 de fevereiro e 124/2015, de 7 de julho;
- i) Foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 29, de 8/8/2016 um novo Acordo Coletivo de Trabalho entre várias instituições, incluindo o Banco Credibom, e a FEBASE e a FSIB (de ora em diante designado apenas por ACT), que introduziu alterações no regime de pensões e de assistência médica, as quais se têm agora em consideração no presente contrato;

É celebrado o presente Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Banco Credibom, cuja redação integral é a seguinte:

Artigo 1º

Fundo, Associado e Entidade gestora

- a) O fundo de pensões constituído através do presente contrato denomina-se “Fundo de Pensões Banco Credibom”, sendo adiante designado apenas por “Fundo”;

- 
- b) O associado do Fundo é o Banco Credibom, S.A., atrás melhor descrito como 1ª contraente, sendo adiante designado apenas por “Associado”;
- c) A entidade gestora do Fundo é a CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., atrás melhor descrita como 2ª contraente, sendo adiante designada apenas por “Entidade Gestora”.

Artigo 2º

Objetivo

O Fundo tem por objetivos exclusivos:

- a) O financiamento dos planos de pensões adiante estabelecidos no presente contrato;
- b) O pagamento das prestações pecuniárias dos mesmos decorrentes;

Constituí ainda objetivo, garantir o financiamento dos encargos da responsabilidade do Associado inerentes ao pagamento das pensões nos termos da cláusula 111.ª do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, publicado no BTE n.º 29, de 8/8/2016, que se encontrem abrangidos pelo Plano de Pensões Banco Credibom.

Artigo 3º

Planos de Pensões

- 1. Os planos de pensões financiados pelo Fundo são:
 - a) O “Plano de Pensões Banco Credibom”;
 - b) O “Plano de Pensões Banco Credibom – Complementos Remunerativos da Reforma por Velhice”.
- 2. Os planos de pensões referidos no número anterior, adiante também designados apenas por “Planos de Pensões” ou por “Planos”, encontram-se estabelecidos no Anexo I ao presente contrato constitutivo, sendo dele parte integrante.



Artigo 4º

Financiamento dos Planos de Pensões

1. O financiamento do Plano de Pensões Banco Credibom, fica a cargo do Associado e dos Participantes, pelo regime previsto na cláusula 96.^a do ACT. As contribuições suportadas pelo Associado são realizadas anualmente, de acordo com as necessidades de financiamento que resultarem de avaliação atuarial efetuada para o efeito. As contribuições suportadas pelos Participantes em atividade de serviço, abrangidos pelo regime da cláusula supramencionada, serão realizadas mensalmente.

O Plano de Pensões Banco Credibom segue o regime dos planos de pensões não contributivos, em virtude das contribuições efetuadas pelos Participantes terem caráter obrigatório, nos termos estabelecidos no ACT;

2. O financiamento do Plano de Pensões do Banco Credibom – Complementos Remunerativos da Reforma por Velhice, fica integralmente a cargo do Associado, sendo as contribuições realizadas anualmente, de acordo com as necessidades de financiamento que resultarem de avaliação atuarial anual efetuada para o efeito;
3. O financiamento de cada um dos Planos de Pensões descritos no Anexo I ao presente contrato será feito através de quotas-partes separadas.

Artigo 5º

Património Inicial


1. O Fundo foi constituído em 1 de junho de 2016, mediante a realização, nessa data:
 - a) De uma contribuição de € 49.651.065,46 (quarenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e um mil e sessenta e cinco euros e quarenta e seis cêntimos), integralmente realizada em dinheiro, por transferência do Fundo de Pensões Espírito Santo Multireforma, correspondente ao produto da liquidação da Adesão Coletiva n.º 29 àquele fundo. Esta contribuição ficou afeta à quota-parte do Fundo dedicada ao financiamento do Plano de Pensões Banco Credibom;
 - b) De uma contribuição de € 2.985.899,98 (dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e noventa e nove euros e noventa e oito cêntimos), integralmente realizada em dinheiro, por transferência do Fundo de Pensões Espírito Santo Multireforma, correspondente ao produto da liquidação da Adesão Coletiva n.º 30 àquele fundo. Esta

contribuição ficou afeta à quota-parte do Fundo dedicada ao financiamento do Plano de Pensões Banco Credibom – Complementos Remunerativos da Reforma por Velhice.

Artigo 6º

Administração do Fundo

1. A administração do Fundo reger-se-á pelo Contrato de Gestão celebrado entre o Associado e a Entidade Gestora, nos termos da legislação em vigor;
2. O Fundo será alimentado pela contribuição inicial referida no Artigo anterior, bem como pelas demais contribuições que venham a ser realizadas, designadamente nos termos do Artigo 4º;
3. O Fundo será ainda alimentado pelos rendimentos das aplicações do seu património, pelo produto da alienação e reembolso de valores que o constituem e por outras receitas de qualquer natureza ou proveniência que, nos termos legais e contratuais, possam ou devam ficar a si adstritas;
4. Os valores recebidos pela Entidade Gestora serão investidos de acordo com a legislação em vigor e com o estabelecido em matéria de Política de Investimento do Fundo no respetivo Contrato de Gestão, com vista ao cumprimento dos objetivos de maior rendibilidade e segurança dos investimentos;
5. A débito do Fundo serão consideradas as prestações pecuniárias pagas aos beneficiários no âmbito dos Planos de Pensões referidos no Artigo 3º, bem como as cargas de gestão, a remuneração do banco depositário e outras despesas legalmente permitidas e previstas no Contrato de Gestão do Fundo;
6. A Entidade Gestora poderá mandar a gestão de parte ou da totalidade dos ativos do Fundo a instituições de crédito e a empresas de investimento legalmente autorizadas a gerir ativos em país membro da OCDE, desde que, para o efeito, seja celebrado contrato escrito com a entidade ou entidades prestadoras desses serviços que assegure a afetação do património aos seus fins, nos termos das normas regulamentares aplicáveis;
7. Os valores que integram o património do Fundo e os correspondentes documentos representativos serão depositados no Banco Depositário, ao abrigo de Contrato de Depositário;
8. A Entidade Gestora poderá transferir os valores do Fundo e os respetivos documentos representativos para outra ou outras entidades depositárias, desde que, para tanto, obtenha



o acordo prévio do Associado e comunique tal transferência e respectivas condições à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Artigo 7º

Empréstimos

O Fundo não prevê a concessão de empréstimos aos Participantes.

Artigo 8º

Transferência da Gestão do Fundo

1. O Associado pode promover a transferência da gestão do Fundo para outra ou outras entidades gestoras, desde que, para tanto, notifique a Entidade Gestora através de carta registada, com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente à data em que pretenda que a transferência produza efeitos, e após cumpridos todos os requisitos para o efeito estabelecidos na legislação em vigor.
2. A efetiva transferência da gestão do Fundo depende de autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Artigo 9º

Representação do Associado

O Associado assegurará a sua própria representação através do seu Conselho de Administração ou da pessoa ou pessoas em quem este delegar tal competência.

Artigo 10º


Comissão de Acompanhamento

O cumprimento dos Planos de Pensões e a gestão do Fundo são verificados por uma Comissão de Acompanhamento do Plano (CA) constituída nos termos da lei e do Anexo II ao presente contrato constitutivo e que dele faz parte integrante.

Artigo 11º

Forma de pagamento de pensões

1. As prestações pecuniárias decorrentes dos Planos de Pensões, calculadas de acordo com as disposições que constam do presente Contrato Constitutivo, serão pagas diretamente pelo Fundo.
2. As pensões mencionadas no número anterior serão processadas pela Entidade Gestora em articulação com o Associado, procedendo-se da seguinte forma:
 - a) No início de cada mês, o Associado assegurará o envio, para o Centro Nacional de Pensões (CNP), dando conhecimento à Entidade Gestora, de ficheiro contendo informação relativa à identificação dos pensionistas que tenham direito a auferir uma pensão de reforma por velhice, invalidez e invalidez presumível e de sobrevivência (salvo as previstas nas alíneas d), e), f) do nº 1 do Art. 4.º do DL 127/2011 de 31 de dezembro as quais permanecem da responsabilidade do Associado), ao abrigo do Plano de Pensões Banco Credibom, bem como dos respetivos montantes, valores estes que, de acordo com a legislação em vigor, deverão ser suportados pela Segurança Social;
 - b) Posteriormente, o CNP efetuará transferência bancária, para conta titulada pelo Associado, do valor que lhe tenha sido comunicado por este último através do ficheiro mencionado na anterior alínea a). Por sua vez, o Associado, assegurará transferência financeira de igual valor para a conta titulada pelo Fundo de Pensões Banco Credibom que para o efeito lhe tenha sido indicada pela Entidade Gestora;
 - c) No dia 23 de cada mês, ou, caso este não seja dia útil, no dia útil anterior, a Entidade Gestora efetuará as transferências financeiras para as contas dos beneficiários, relativas às pensões decorrentes de ambos os Planos de Pensões financiados pelo Fundo, realizando previamente, para as pensões referidas na alínea a), a reconciliação entre os valores por si processados e os valores creditados no Fundo nos termos da alínea b) supra;
 - d) Sempre que se verifique a existência de um novo pensionista, o Associado, assegurará tempestivamente o envio, à Entidade Gestora, de toda a informação e documentação necessárias para comprovar a situação que origina o direito à pensão, bem como para o suporte do cálculo e processamento da nova pensão.
3. As pensões processadas serão, quando seja o caso, objeto de retenções na fonte de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, bem como de eventuais retenções adicionais que lhes sejam aplicáveis de acordo com a legislação em vigor em cada momento, a(s) qual(ais) será(ão) efetuada(s) pela Entidade Gestora, a quem compete o envio anual da respetiva declaração ao pensionista, bem como a entrega à Administração Fiscal dos



montantes retidos e a sua declaração àquele organismo nos termos da legislação que a cada momento vigorar.

Caberá igualmente à Entidade Gestora a comunicação, bem como a entrega de importâncias retidas a outra(s) entidade(s) competentes, dos montantes pagos pelo Fundo aos seus Beneficiários, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

4. Sempre que solicitado pela Entidade Gestora, o Associado fornecerá uma listagem, em suporte informático, com formato a definir, contendo a informação respeitante aos Beneficiários que se mostre necessária para o cumprimento do disposto nos números anteriores, nomeadamente, quando seja o caso, a sua identificação, data de nascimento, sexo, situação, morada, número de anos de serviço, montante do complemento de reforma e número de contribuinte e IBAN (número internacional de conta bancária), bem como toda a informação necessária para o cálculo dos benefícios.

Artigo 12º

Alterações ao Contrato

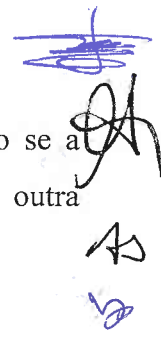
1. As disposições constantes do presente contrato apenas poderão ser modificadas por acordo entre as partes e após cumpridos todos os requisitos para o efeito estabelecidos na legislação em vigor, sem prejuízo das limitações constantes do número seguinte.
2. As alterações relativas aos Planos de Pensões devem obedecer às seguintes condições:
 - a) As alterações não podem reduzir as pensões que se encontrem em pagamento, nem os direitos adquiridos, se existentes, à data da modificação;
 - b) Das alterações não poderá decorrer a possibilidade de restituição ao Associado da totalidade ou parte do património do Fundo;
 - c) Nenhuma alteração poderá prejudicar o objetivo do Fundo, definido no Artigo 2º.

Artigo 13º

Causas de Extinção do Fundo

O Fundo extinguir-se-á:

- a) Quando o seu objetivo tiver sido atingido;
- b) Quando não existam Participantes nem Beneficiários;

- 
- c) Em caso de falência do Associado, ou no caso do Associado ser extinto, salvo se a responsabilidade pelo financiamento dos Planos de Pensões for assumida por outra entidade que o substitua;
 - d) Se o Associado assim o entender e tal for legalmente possível;
 - e) Quando não forem cumpridos os mínimos de financiamento exigidos, de acordo com o estabelecido no normativo em vigor a cada momento;
 - f) Nos demais casos previstos na legislação em vigor.

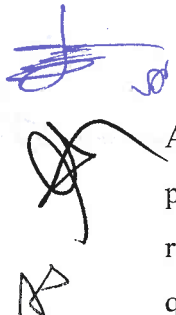
Artigo 14º

Liquidação do Fundo

Extinguindo-se o Fundo, ou uma sua quota-parte, o seu património será liquidado e, após o pagamento de todas as despesas devidas, os direitos dos Participantes e Beneficiários deverão ser assegurados, até ao limite da capacidade financeira da respetiva quota-parte, da forma e pela ordem de preferência seguinte:

- a) Continuidade do pagamento das pensões em curso através da aquisição de rendas vitalícias imediatas, junto de uma seguradora, para todos os Beneficiários que se encontrem a receber pensão paga pelo Fundo;
- b) Imediata entrada em pagamento das pensões correspondentes aos Participantes que tenham idade igual ou superior à idade normal de reforma, através da aquisição de rendas vitalícias imediatas, junto de uma seguradora;
- c) Montante correspondente ao valor integralmente financiado das responsabilidades com os direitos adquiridos relativamente aos quais já se tenham verificado, à data da extinção, as condições previstas no plano de pensões;
- d) Montante correspondente ao valor integralmente financiado das responsabilidades com os direitos adquiridos relativamente aos quais não se tenham verificado, à data da extinção, as condições previstas no plano de pensões;

Em caso de insuficiência financeira, o património do Fundo responderá, preferencialmente pelas responsabilidades enunciadas e pela ordem das alíneas anteriores com recurso a rateio proporcional às respetivas responsabilidades naquela em que for necessário.



As pensões pagas acima mencionadas serão atualizadas, desde que estas atualizações estejam previstas no ACT¹ em vigor ou por decisão do Associado. Se, após assegurados os direitos supra referidos, se verificar existir algum valor remanescente do Fundo, este será utilizado nos termos que for decidido conjuntamente pela entidade gestora e o associado, mediante prévia autorização da ASF).

Artigo 15º

Extinção da Entidade Gestora

Em caso de extinção ou de cessação da atividade da Entidade Gestora, esta deverá comunicá-lo ao Associado com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias e assegurar a transferência da gestão do Fundo para outra entidade habilitada, mediante prévia autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Artigo 16º

Responsabilidade

As partes contraentes atuarão no interesse do Fundo e com vista à prossecução dos objetivos deste, sendo reciprocamente responsáveis pelos danos decorrentes do incumprimento das respetivas obrigações legais e contratuais, sem prejuízo de outras sanções que ao caso couberem.

Artigo 17º

Lei Aplicável e Jurisdição

1. O presente contrato rege-se e será interpretado segundo a lei portuguesa.
2. Tudo o que não se encontrar especificamente previsto neste contrato será regido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis aos fundos de pensões.
3. O foro competente para dirimir qualquer litígio emergente do presente contrato, nomeadamente quanto à sua validade, interpretação, execução e incumprimento, é o da Comarca de Lisboa, com renúncia expressa de qualquer outra.

¹ Acordo Coletivo de Trabalho para o Setor Bancário

Artigo 18º

Produção de Efeitos

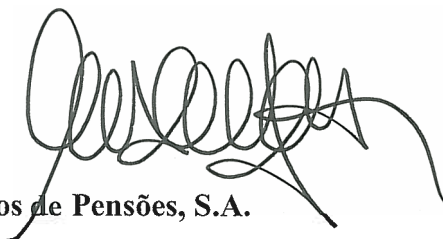
O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua constituição.

Executado em duas vias, sendo uma destinada ao Associado e outra destinada à Entidade Gestora, e assinado pelas partes.

Lisboa, 4 de dezembro de 2017



Banco Credibom, S.A.

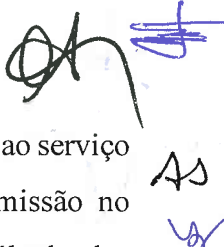


CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A. Plano de Pensões do Banco Credibom

1. Definições

- ACT – significará o Acordo Coletivo de Trabalho para o Setor Bancário publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, de 8 de agosto de 2016, e suas posteriores alterações;
- Participantes – qualquer trabalhador, a tempo completo ou a tempo parcial, que faça parte do quadro do Associado e se encontre abrangido pelo regime de benefícios consagrados neste Plano de Pensões e/ou previsto no ACT. Em consequência, não é Participante deste Plano de Pensões qualquer trabalhador admitido pelo Associado a partir da data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março, publicado no Diário da República n.º 42, 1ª Série, e que se encontre abrangido pelo regime geral de segurança social;
- Beneficiários - qualquer Participante quando adquirir o direito a uma pensão de reforma ao abrigo do presente Plano de Pensões, bem como os reformados no âmbito das extintas adesões coletivas n.º 5 ao fundo de pensões aberto “Espírito Santo Fundo de Pensões GES” e n.ºs 28, 29 e 30 ao fundo de pensões aberto “Espírito Santo Multireforma”. Será também considerado Beneficiário qualquer pessoa com direito a uma pensão de sobrevivência ou a um subsídio por morte ao abrigo deste Plano de Pensões;
- Contribuintes - o Associado e os Participantes abrangidos pelo regime da cláusula 96.ª do ACT;
- Data Normal de Reforma - significará o próprio dia um ou o dia um do mês seguinte àquele que o Participante complete 65 anos de idade;
- Salário Pensionável 1 (SP1) - significará o valor das mensalidades fixadas no anexo II do ACT;
- Salário Pensionável 2 (SP2) - significará o somatório dos valores mensais da Isenção do Horário de Trabalho e dos complementos remunerativos;
- Tempo de Serviço Pensionável 1 (TS1) - significará o tempo de serviço a considerar para o cálculo das pensões deste plano no âmbito do ACT, que será determinado nos termos consignados na cláusula 103.ª do ACT;

- 
- Tempo de Serviço Pensionável 2 (TS2) - significará o número de anos completos ao serviço do Associado contados desde 1 de janeiro de 2006 ou desde a data da admissão no Associado, se posterior. Este tempo de serviço será o considerado para o cálculo dos benefícios a atribuir decorrentes da Isenção do Horário de Trabalho e dos complementos remunerativos.

2. Benefícios

2.1 Reforma Por Velhice

2.1.1. Participante a Tempo Completo

Pensão 1

Para o cálculo deste benefício será considerado o valor de TS1.

Ao atingir a data normal de reforma, o Participante a tempo completo tem o direito a receber as prestações abaixo indicadas, sem prejuízo do disposto no n.º 4 da cláusula 95.ª do ACT:

- a) Uma pensão mensal conforme estabelecido no anexo IV do ACT, cujo valor será o resultado da aplicação do número de mensalidades e percentagens indicadas ao respetivo SP1. À pensão daqui resultante acresce uma importância correspondente às diuturnidades previstas e calculadas nos termos da cláusula 97.ª do ACT;
- b) Um subsídio de Natal de valor igual à alínea a), a satisfazer no mês de novembro;
- c) Um 14º mês de valor igual à alínea a), a satisfazer no mês de abril, sendo-lhe aplicado o princípio estabelecido no n.º 3 da cláusula 65.ª do ACT.

Pensão 2

Ao atingir a data normal de reforma, o Participante a tempo completo tem o direito a receber uma pensão mensal cujo valor será o resultado da aplicação do número de mensalidades e percentagens indicadas no anexo IV do ACT. Para o cálculo desta pensão serão considerados os valores de TS2 e SP2. Esta pensão mensal será paga 14 vezes ao ano. A 13ª e 14ª prestações das pensões vencem-se, respetivamente, em abril e novembro de cada ano.

O valor total da pensão de reforma por velhice resulta do somatório da Pensão 1 com a Pensão 2.



2.1.2 Participante a Tempo Parcial

O Participante a tempo parcial terá direito a uma pensão calculada nos termos do n.º 6 da cláusula 95.^a do ACT.

2.2. Reforma por Invalidez

Qualquer Participante que seja declarado inválido tem direito às mesmas prestações e nos mesmos termos previstos para a Pensão 1 da Reforma por Velhice, considerando para TS1 a data de reconhecimento da situação de invalidez e para SP1 o valor das mensalidades fixadas no anexo V do ACT.

Sempre que haja desacordo entre o Associado e o Participante quanto ao reconhecimento da situação de invalidez, aplicar-se-á o disposto na cláusula 101.^a do ACT.

2.3. Reforma Diferida


De comum acordo com o Associado, qualquer Participante poderá continuar ao serviço deste após a data normal de reforma e no máximo até aos 70 anos. Neste caso, o Participante tem direito a receber as mesmas pensões conforme estabelecido para a Reforma por Velhice, considerando TS1 e TS2 à data da reforma diferida.

2.4. Reforma Antecipada

De comum acordo com o Associado, qualquer Participante poderá reformar-se antecipadamente desde que se verifiquem as condições previstas no n.º 9 da cláusula 95.^a do ACT. Neste caso, o Participante tem direito às mesmas prestações e nos termos previstos para a Pensão 1 e Pensão 2 da Reforma por Velhice.

Sempre que se verifiquem reformas antecipadas o Associado poderá ter de efetuar contribuições extraordinárias, consideradas actuarialmente necessárias, para fazer face ao custo da antecipação.

2.5. Benefícios em caso de Morte



2.5.1. Em caso de morte de um Participante ou de um Reformado ao abrigo deste Plano de Pensões, e nos termos do previsto na cláusula 102 do ACT, haverá lugar ao pagamento das seguintes prestações:

- a) Uma pensão mensal de sobrevivência no valor constante do anexo V do ACT, com um mínimo correspondente à retribuição mínima mensal garantida;
- b) Um subsídio de Natal, no valor correspondente à pensão mensal de sobrevivência, a satisfazer no mês de novembro;
- c) Um 14º mês, no valor correspondente à pensão mensal de sobrevivência, a satisfazer em Abril, sendo-lhe aplicado o princípio estabelecido no n.º 3 da cláusula 65 do ACT.



2.5.2. Beneficiários das prestações mencionadas no n.º 2.5.1.

Estas prestações são atribuídas aos beneficiários indicados no n.º 3 da cláusula 102.^a do ACT. O cônjuge sobrevivente só tem direito às prestações mencionadas nas alíneas a), b) e c) do n.º 2.5.1. desde que esteja casado há mais de um ano à data da morte do Participante ou do Reformado, salvo se a morte tiver resultado de acidente.


A pessoa que viva em união de facto há mais de dois anos à data da morte do Participante ou do Reformado, também é Beneficiário, presumindo-se a existência de união de facto mediante a entrega à Instituição de declaração sob compromisso de honra dos dois unidos, acompanhada de certidões de cópia integral do registo de nascimento de ambos, e presumindo-se a subsistência da mesma na data da morte do trabalhador mediante apresentação de certidão de cópia integral do registo de nascimento com o averbamento do seu óbito, de certidão de cópia integral do registo de nascimento do Beneficiário, emitida após o seu óbito, e de comprovativo de que a última nota de liquidação fiscal relativa ao imposto sobre o rendimento foi enviada para o domicílio fiscal comum dos unidos de facto. O prazo de dois anos é contado da data da entrega da declaração dos unidos junto da Instituição não se aplicando esta condição se a morte tiver resultado de acidente.

2.5.3. As prestações constantes das alíneas a), b) e c) do n.º 2.5.1. serão atribuídas conforme estabelecido nos n.ºs 4, 5, 6, 7 e 8 da cláusula 102.^a do ACT.

2.5.4. Em caso de morte do Participante ou de um Beneficiário (Reformado) ao abrigo do presente Plano de Pensões, haverá lugar ao pagamento de um subsídio por morte, calculado nos



termos do regulamento do Centro Nacional de Pensões, ou igual à importância mensalmente recebida pelo falecido, a título de vencimento ou pensão de reforma por velhice ou invalidez, conforme o que se mostre, no caso concreto, mais favorável.



As remunerações de referência a considerar para o cálculo do subsídio por morte, nos termos do parágrafo anterior, serão as utilizadas para efeitos dos descontos para o Instituto de Segurança Social (ISS, I.P.).

Os titulares do direito ao subsídio de morte bem como as regras da sua atribuição respeitam o que está determinado no regulamento do Centro Nacional de Pensões para o mesmo tipo de benefício.

2.6. Atualização das Pensões

As atualizações de pensões de reforma por velhice ou invalidez, antecipada e pensões de sobrevivência terão em conta o disposto nas cláusulas 95.^a, n.º 10, 97.^a e 102.^a, n.º 13 do ACT. No entanto, para a pensão de reforma por velhice ou antecipada, estas atualizações só são aplicáveis à Pensão 1.

O Associado assume o pagamento de qualquer contribuição extra, considerada actuarialmente necessária para fazer face à referida atualização de pensões.

2.7. Participantes Abrangidos pela Segurança Social

Os benefícios da mesma natureza no âmbito do regime geral de Segurança Social serão abatidos às pensões garantidas por este plano, nos termos e condições estabelecidos na cláusula 94.^a do ACT, bem como do Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro ou outro que o substitua.

2.8. Direitos dos Participantes em Caso de Cessação do Contrato de Trabalho

Aos participantes, em caso de cessação do contrato de trabalho, ser-lhes-á aplicado o que estiver definido nas cláusulas 98.^a e 99.^a do ACT.

2.9. Benefícios em Caso de Despedimento Coletivo ou extinção do posto de trabalho

Em caso de despedimento coletivo ou extinção do posto de trabalho, os Participantes ficarão com o direito aos benefícios a seguir indicados e de acordo com a sua opção de escolha.

2.9.1. Opção A – Pensão de Reforma Vitalícia Diferida para os 65 Anos de Idade

1. O Participante que faça esta opção terá direito a uma pensão de reforma por Velhice vitalícia, a partir do próprio dia um ou do dia um do mês seguinte àquele em que complete 65 anos de idade.

O valor desta pensão será calculado conforme indicado no ponto 2.1., considerando para o efeito o seguinte:

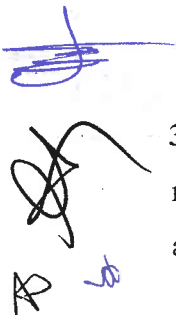
a) Para o apuramento da Pensão 1

- ✓ Será considerado o valor da mensalidade do nível aplicável ao Participante no momento da rescisão do contrato de trabalho, constante no anexo II do ACT;
- ✓ Serão consideradas as diuturnidades adquiridas pelo Participante no momento da rescisão do contrato de trabalho, calculadas nos termos da cláusula 97.^a do ACT;
- ✓ O valor da mensalidade do nível constante do anexo II do ACT, bem como o valor das diuturnidades adquiridas serão atualizadas durante o período de diferimento de acordo com o ACT;
- ✓ Será considerado o valor de TS1 à data da rescisão do contrato.

b) Para o apuramento da Pensão 2 serão considerados os valores de TS2 e SP2 à data da rescisão do contrato.

2. Durante o período de diferimento o Participante beneficiará também da Reforma por Invalidez nos termos estabelecidos no ponto 2.2., considerando-se para este efeito:

- ✓ TS1 à data da rescisão do contrato de trabalho;
- ✓ SP1 assume o valor da mensalidade do nível aplicável ao Participante, constante do anexo V do ACT no momento do reconhecimento da invalidez;
- ✓ As diuturnidades adquiridas no momento da rescisão do contrato de trabalho, calculadas nos termos da cláusula 97.^a do ACT, cujo valor será atualizado até ao momento de reconhecimento da invalidez de acordo com o ACT.



3. Em caso de morte do Participante durante o período de diferimento ou já na qualidade de reformado ser-lhe-á aplicável os benefícios previsto no ponto 2.5, considerando para este efeito as condicionantes mencionadas nos pontos 1. e 2. acima indicados.

4. As pensões indicadas em 2.9.1. serão atualizadas de acordo com o disposto no ponto 2.6.

2.9.2. Opção B – Pensão de Reforma Vitalícia Imediata

1. O Participante que faça esta opção terá direito a uma Pensão de Reforma Antecipada com início no próprio dia um ou no dia um do mês seguinte à rescisão do contrato de trabalho. O valor desta pensão resulta de negociação individual, sendo igual ao somatório dos valores a seguir indicados:

- ✓ O valor mensalidade negociada com o Participante no momento da rescisão do contrato de trabalho, constante do anexo II do ACT;
- ✓ As diuturnidades adquiridas nos termos da cláusula 97.^a do ACT.

A pensão assim calculada observa o disposto no n.º 4 da cláusula 95.^a do ACT.

2. Em caso de morte do Beneficiário ser-lhe-ão aplicáveis os benefícios previstos no ponto 2.5..

3. As pensões indicadas em 2.9.2. serão atualizadas de acordo com o disposto no ponto 26.

4. São ainda benefícios contemplados neste plano os encargos da responsabilidade do Associado inerentes ao pagamento de pensões de reforma e sobrevivência nos termos da Cláusula 111.^a do ACT.



Plano de Pensões do Banco Credibom – Complementos Remunerativos da Reforma por Velhice

1. Definições

- ACT – significará o Acordo Coletivo de Trabalho para o Setor Bancário publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, de 8 de agosto de 2016, e suas posteriores alterações;
- Participantes – qualquer trabalhador, a tempo completo ou a tempo parcial, que fizesse parte do quadro do Associado à data de 31 de dezembro de 2005. Excluem-se os trabalhadores oriundos da então Credilar – Instituição Financeira de Crédito, S.A.;
- Beneficiários - qualquer Participante quando adquirir o direito a uma pensão de reforma ao abrigo do presente Plano de Pensões;
- Contribuinte - o único contribuinte do presente Plano de Pensões é o Associado;
- Data Normal de Reforma, significará o próprio dia um ou o dia um do mês seguinte àquele que o Participante complete 65 anos de idade;
- Salário Pensionável (SP) significará o somatório dos valores mensais da Isenção do Horário de Trabalho e dos complementos remunerativos;
- Tempo de Serviço Pensionável (TS) significará o número de anos completos no setor bancário contados até 31 de dezembro de 2005.

2. Benefícios

2.1 Reforma Por Velhice

2.1.1. Participante a Tempo Completo

Ao atingir a data normal de reforma, o Participante a tempo completo tem o direito a receber uma pensão mensal cujo valor será o resultado da aplicação do número de mensalidades e percentagens indicadas no anexo IV do ACT. Para o cálculo desta pensão serão considerados os valores de TS e SP. Esta pensão mensal será paga 14 vezes ao ano. A 13ª e 14ª prestações das pensões vencem-se, respetivamente, em abril e novembro de cada ano.



2.1.2. Participante a Tempo parcial

O Participante a tempo parcial terá direito a uma pensão calculada com observância dos princípios vertidos no n.º 6 da cláusula 95.^a.

2.2. Reforma Diferida

De comum acordo com o Associado, qualquer participante poderá continuar ao serviço deste após a data normal de reforma e no máximo até aos 70 anos, Neste caso, o Participante tem direito a receber as mesmas pensões conforme estabelecido para a Reforma por Velhice.

2.3. Reforma Antecipada

De comum acordo com o Associado, qualquer participante poderá reformar-se antecipadamente desde que se verifiquem as condições previstas no n.º 9 da cláusula 95.^a do ACT. Neste caso, o Participante tem direito a uma pensão calculada nos termos da Reforma por Velhice.

Sempre que se verifiquem reformas antecipadas o Associado poderá ter de efetuar contribuições extraordinárias, consideradas necessárias, para fazer face ao custo da antecipação.

2.4. O benefício decorrente deste Plano de Pensões terá que ser ajustado por forma a que, do somatório do tempo de serviço pensionável (TS) com tempo de serviço pensionável 2 (TS2), este contado no âmbito do estabelecido no Plano de Pensões Banco Credibom, resulte para o beneficiário uma pensão que verifique o anexo IV do ACT quer no que concerne ao número de mensalidades do 1º e 2º períodos quer nas percentagens do último período. Com este ajustamento pretende-se não beneficiar ou prejudicar o Beneficiário, caso TS e TS2 fossem contados isoladamente em cada um dos Planos de Pensões financiados pelo Fundo de Pensões Banco Credibom.

2.5. Benefícios em Caso de Despedimento Coletivo ou extinção do posto de trabalho

Em caso de despedimento coletivo ou extinção do posto de trabalho, os Participantes ficarão com o direito ao benefício a seguir indicado:

Pensão de Reforma Vitalícia Diferida para os 65 anos de idade

1. O Participante terá direito a uma pensão de reforma por velhice vitalícia, a partir do próprio dia um ou do dia um do mês seguinte àquele em que complete 65 anos de idade.

O valor desta pensão será calculado conforme indicado no ponto 2.1., considerando para o efeito o seguinte:

- ✓ TS, à data da rescisão do contrato;
- ✓ SP, à data da rescisão do contrato.

2. A este benefício é aplicado o disposto no ponto 2.4.

2.6. Cessação do Contrato de Trabalho

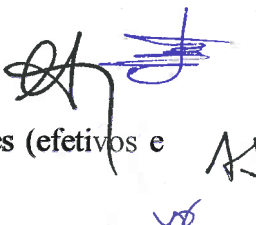
Em caso de cessação do contrato de trabalho antes da data normal de reforma, por qualquer motivo exceto por Despedimento Coletivo ou extinção do posto de trabalho nos termos indicados em 2.5., não haverá lugar ao pagamento de qualquer benefício no âmbito deste Plano de Pensões.




ANEXO II

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS DE PENSÕES

1. A Comissão de Acompanhamento dos Planos de Pensões (CA) é o órgão através do qual os Participantes, os Beneficiários e o Associado verificam o cumprimento dos Planos de Pensões financiados pelo Fundo de Pensões Banco Credibom.
2. A CA é constituída por nove membros efetivos e dois suplentes, cabendo ao Associado uma representação de 2/3 nesta Comissão. Dos nove membros efetivos, seis são representantes do Associado e três representam os Participantes e Beneficiários, sendo os dois suplentes também representantes destes últimos. Os representantes do Associado são nomeados pela sua Comissão Executiva que entre os mesmos designará o presidente, e os representantes dos Participantes e Beneficiários são eleitos entre si nos termos do n.ºs 6 a 9 deste artigo, ou, na falta de candidatos, designados sucessivamente:
 - a) Pela Comissão de Trabalhadores;
 - b) Pelos Sindicatos subscritores da Convenção Coletiva que negociou o Plano de Pensões nos termos entre si acordados.
3. Quando nos termos previstos no número anterior os membros representantes dos Participantes e Beneficiários não sejam designados, a Comissão de Acompanhamento funcionará apenas com os representantes do Associado, a menos que a eleição ou designação respeite à substituição de membro cujo mandato tenha subitamente cessado, caso em que Comissão de Acompanhamento deliberará com os membros em exercício, tendo-se a deliberação tida no sentido votado pelo presidente em caso de empate.
4. Os membros representantes do Associado são designados pela sua Comissão Executiva, no prazo de 20 dias a contar da comunicação que para o efeito for enviada pela Entidade Gestora.
5. Caso algum dos representantes do Associado renuncie ao seu cargo ou deixe de reunir as condições para o seu exercício, a comissão Executiva do Associado deverá prontamente indicar um novo representante para o substituir.

- 
6. Os Participantes e Beneficiários procederão à eleição dos seus 5 representantes (efetivos e suplentes) através de eleição organizada pelo Associado.
 7. Na eleição prevista no número anterior, o voto deve ser livre, pessoal e secreto e os respetivos custos serão suportados pelo Associado.
 8. A promoção das eleições iniciar-se-á por comunicação do Associado aos Participantes e Beneficiários da possibilidade de se candidatarem, e a eleição deverá ser convocada e realizada antes da cessação dos mandatos em curso e com um período mínimo de 20 dias entre ambas, ou no caso de extinção de algum mandato por qualquer motivo súbito, e não havendo suplentes, deverá o Associado iniciar processo de eleição para substituição do mandato extinto no prazo de 10 dias.
 9. Em primeira convocatória, o número de votos necessários à eleição não poderá ser inferior ao da maioria dos Participantes e Beneficiários dos Planos de Pensões financiados pelo Fundo de Pensões Banco Credibom.
 10. Na inobservância das eleições previstas no número dois, a designação dos representantes dos Participantes e Beneficiários deve ser feita nos 20 dias posteriores à comunicação que para o efeito for enviada pelo Associado à Comissão de Trabalhadores, ou na inexistência desta, ou na omissão desta na designação no prazo referido, no mesmo prazo a contar da comunicação que o Associado, sequentemente, fará para o mesmo efeito aos Sindicatos Outorgantes da Convenção Coletiva que prevê o Plano.
 11. Caso algum dos representantes dos Participantes e Beneficiários renuncie ao seu cargo ou deixe de ter condições para exercê-lo, deverá ser substituído por um suplente.
 12. Na situação prevista no número anterior, e caso já não existam suplentes, deverá proceder-se à sua substituição nos termos previstos nos n.ºs 8 a 10.
 13. A CA reúne pelo menos duas vezes por ano, durante o primeiro e último trimestres, podendo ser convocada por qualquer um dos membros representantes do Associado, ou obrigatoriamente pelo presidente se nenhum daqueles o tiver feito em tempo útil considerando o disposto no número seguinte.
 14. A convocatória referida no número anterior será feita com 15 dias de antecedência face à data da realização da reunião, por escrito, através de e-mail ou carta que será entregue em mão



própria ou expedida via postal, dirigida aos restantes membros. Juntamente com esta convocatória deverá ser enviada a documentação de suporte ou de análise necessária à respetiva reunião.

15. Os membros da CA são eleitos ou designados por períodos de 3 anos, podendo ser reeleitos ou redesignados, por uma ou mais vezes, e mantêm-se em funções até à respetiva substituição, eleição ou designação dos novos membros.
16. Se não estiver presente a totalidade dos membros da CA esta só pode deliberar em maioria, devendo pelo menos 1/3 dessa maioria corresponder à representação dos Participantes e Beneficiários.
17. De cada reunião da CA deve ser lavrada uma ata na qual ficarão registadas as deliberações, com menção de eventuais votos contra e respetiva fundamentação. Em cada reunião poderá ser designado um Secretário para a elaboração das atas.
18. As competências da CA são:
 - a) Verificar a observância das disposições aplicáveis aos Planos de Pensões e à gestão do fundo, nomeadamente em matéria de política de investimento e de financiamento das responsabilidades, bem como o cumprimento, pela Entidade Gestora e pelo Associado, dos deveres de informação aos Participantes e Beneficiários nos termos da legislação e dos contratos constitutivo e de gestão do Fundo de Pensões banco Credibom;
 - b) Pronunciar-se sobre propostas de transferência da gestão e de outras alterações relevantes ao contrato constitutivo e ao contrato de gestão do Fundo de Pensões Banco Credibom, bem como sobre a extinção do mesmo e, ainda, sobre pedidos de devolução ao Associado de excesso de financiamento;
 - c) Formular propostas sobre as matérias referidas na alínea anterior ou outras, sempre que se considere oportuno;
 - d) Exercer as demais funções que eventualmente lhe venham a ser solicitadas conjuntamente pelo Associado e pela Entidade Gestora, de forma expressa e por escrito;
 - e) Sem prejuízo da informação que nos termos da lei deva ser prestada por outras entidades, a CA deverá informar os Participantes sobre os Planos de Pensões e suas posteriores alterações, bem como facultar, a pedido dos Participantes e dos Beneficiários, toda a informação necessária à efetiva compreensão dos Planos e demais informação relativa à atividade da CA;

f) Pronunciar-se sobre a nomeação do atuário responsável e do revisor oficial de contas, propostos pela Entidade Gestora.

19. A CA exerce as suas competências no âmbito deste regulamento e da legislação aplicável, podendo solicitar à Entidade Gestora todas as informações que entenda necessárias ao cumprimento das suas funções.
20. Sempre que a CA tenha competência para autorizar a prática de determinado ato por parte do Associado ou da Entidade Gestora ou para emitir parecer sobre o mesmo, deverá fazê-lo no prazo máximo de 20 dias úteis após a data que a referida autorização ou emissão de parecer lhe tenha sido solicitada, sob pena da autorização se considerar tacitamente conferida ou o parecer emitido favorável.

